



ANO 2 - NÚMERO 21 - JULHO 2016

Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 10

POVOS INDÍGENAS

Guarani-Kaiowá
Um povo em luta

p. 24

UNIVERSO FEMININO

As mulheres e o mundo da
política

p. 37

SUSTENTABILIDADE

Economia Solidária

p. 48

ATAQUES À PETROBRAS

PARA ENTREGAR O PRÉ-SAL

CNS 30 ANOS

Uma trajetória, um legado, uma luta

Há 30 anos, as veias ardentes de um combativo movimento local saltaram as fronteiras da floresta para, em Brasília, durante o I Encontro Nacional do Seringueiros, mostrar ao Brasil e ao mundo a força de uma voz coletiva em defesa das populações extrativistas da Amazônia. Ali surgia, em outubro de 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o CNS.

Foi também ali que, em nome do recém-criado CNS, um ousado seringueiro acreeano apresentou, pela primeira vez, a proposta dos próprios povos da floresta de uma reforma agrária ecológica para a Amazônia. A proposta era a das Reservas Extrativistas, que permitem às famílias extrativistas a posse da terra e o usufruto das riquezas da floresta, sem a ela causar danos ambientais. O seringueiro era Chico Mendes.

Desde então, em memória e respeito ao legado de Chico Mendes, o CNS, que em 2009 passou a se chamar Conselho Nacional das Populações Extrativistas, para abrigar o vasto mosaico de entidades extrativistas que se espalharam

por todo o território brasileiro, representa as posições mais avançadas do movimento social dessas populações.

A principal bandeira de luta do CNS sempre foi - e é - a criação, a ampliação e a consolidação das Reservas Extrativistas e dos demais projetos de preservação do patrimônio de sociobiodiversidade brasileiro. Desde 1985, o CNS acompanhou processos de criação de Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Projetos de Assentamento, Florestas Nacionais, perfazendo um total de 760 unidades de conservação em todo País.

Muitos são os desafios enfrentados pelo CNS: lutar para que a atividade produtiva sustentável não coloque em risco a natureza; investir no manejo sustentável dos recursos naturais e na valorização dos produtos do extrativismo; exigir dos governos a garantia dos serviços essenciais do Estado para as populações extrativistas; e, tão importante quanto, criar os mecanismos de participação das mulheres e da juventude nas lutas presentes e futuras.



*Chico Mendes
30 anos*

Em 2018, a luta do CNS e dos povos da floresta completa 30 anos sem Chico Mendes, símbolo maior da trajetória de construção social, sindical e ecológica em defesa da Amazônia e dos povos que nela vivem. Porém, o tiro certeiro que assassinou Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988 foi incapaz de calar seu sonho de justiça e de liberdade. Chico Mendes continua vivo na luta e na esperança de cada qual de nós.

Essa luta tem permitido muitos avanços com relação à defesa da floresta, mas infelizmente a violência continua ceifando vidas e provocando imensas dores no coração da Amazônia, apontando o rumo dos embates.

O CNS começa agora, no segundo semestre de 2016, o projeto CHICO MENDES - 30 ANOS, rumo à construção de uma grande mobilização nacional para honrar a memória e fazer multiplicar os ideais de Chico Mendes pelo Brasil e pelo mundo.

Chico Mendes Vive!



“ **É preciso ter raça**
É preciso ter gana sempre ”

Fernando Brant
Milton Nascimento

COLABORADORES/COLABORADORAS JULHO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo e Antropólogo; Antenor Pinheiro – Jornalista; Aturi Kayabi – Professor indígena; Eduardo Pereira – Produtor Cultural; Eduardo Henrique de Sá Júnior – Produtor Cultural; Gustavo Gindre – Jornalista; Iêda Vilas-Bôas – Doutoranda em Literatura, Escritora; Jacy Afonso – Sindicalista; Jack Soifer – Escritor; Jaime Sautchuk – Jornalista, Escritor; Juliana Bernardes – Produtora Cultural; Leonardo Boff – Filósofo, Teólogo, Escritor; Leovigildo dos Santos – Engenheiro Florestal; Renata Queiroz Dutra – Professora; Trajano Jardim – Jornalista, Professor; Zezé Weiss – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

- | | |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Jaime Sautchuk | 8. Juan Pratginestòs |
| 2. Zezé Weiss | 9. Elson Martins |
| 3. Altair Sales Barbosa | 10. Neusimar Coelho |
| 4. Binho Marques | 11. Ronei Alves |
| 6. Graça Fleury | 13. Ieda Vilas-Bôas |
| 7. Jacy Afonso | 14. Trajano Jardim |



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (061) 9974-3761. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786/0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Atendimento: Zezé Weiss (61) 9974-3761; Eduardo Pereira (61) 9829-1020. Edição: Jaime Sautchuk (61) 9926-0445 e Zezé Weiss (61) 9974 3761. Capa: Foto Rogério Alves/TV Senado; Revisão de Textos: Lúcia Resende, Zezé Weiss e Thais Maria Pires – Jornalista. Revisão de design: Eduardo Pereira. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/GO. Menor Aprendiz: Ana Beatriz Fonseca Martins – auxiliar de serviços administrativos. Tiragem: 20.000 exemplares. Mídias Sociais: Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Circulação: Revista Impressa – Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins. Revista Web – Todo o território nacional. ISSN 2359-053x.

Cresce de modo assombroso, em plano global, a disputa por recursos naturais. Caso por desgraça advenha uma terceira Grande Guerra, essa por certo será pelo controle da água, a mais preciosa riqueza da Terra, embora não seja a mais cara.

Contudo, outros recursos são igualmente belicosos, seja por razões estratégicas de nações, seja por razões financeiras de empresas que acumulam grande parte das reservas monetárias do Planeta. Este é o caso dos hidrocarbonetos, em especial o petróleo e o gás natural.

Tratamos de uma questão que há mais de cem anos envolve o Brasil, com grande intensidade no período que antecedeu a criação da Petrobrás, em 1953. Mas não parou por aí, pois as corporações detentoras de reservas de óleo e controladoras de sua distribuição não desistem.

Nesse mesmo período, a engenharia brasileira desenvolveu tecnologia capaz de ir buscar esses recursos naturais onde ninguém antes havia conseguido. Trata-se do tão falado Pré-Sal.

A legislação em vigor assegura ao Brasil o controle sobre esse petróleo. Mas essa situação está em vias de ser mudada, com nova lei que abre sua exploração às multinacionais do setor.

Este é o tema central desta edição de Xapuri.

Mas os leitores e leitoras encontrarão muito mais, como de costume. As novidades nos centros urbanos, enigmas da Economia, atrativos turísticos e culinária. Muitos atrativos que são bem-vindos em mês de férias escolares.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk
Editores





Xapuri 21

SOCIOAMBIENTAL

JUL 16

10 CURIOSIDADES
Você sabia?

20 CIDADANIA
Ensinar e aprender: Atos de resistência

11 MITOS E LENDAS
A lenda do dia e da noite

34 COMUNICAÇÃO
Bancários-DF
Uma TV para chamar de sua

12 CAPA
Ataques a Petrobras para entregar o pré-sal

44 MEMÓRIA
Encantou-se seu Antonio de Paula

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

09 DICA ECOLÓGICA
Consciência Ambiental

35 UNIVERSO FEMININO
As mulheres e o mundo da política

16 ECOLOGIA
Pequena viagem ao centro da Terra V

36 URBANIDADE
Trânsito, educação e esperança

18 EDUCAÇÃO
Sintego Itinerante, resultados extraordinários

38 ECOTURISMO
Emendas, remendos e fracassos

24 POVOS INDÍGENAS
Guarani-Kaiowá – um povo em luta

40 CAATINGA
Umbuzeiro - A árvore do sertão

26 GASTRONOMIA
O sabor das flores

43 ECOASTRONOMIA
Ecoastronomia no Cerrado

30 PERFIL
Não foi (só) por amor!

45 SUSTENTABILIDADE
Economia solidária:
A micro sustentabilidade possível

Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura, faz a Xapuri continuar acontecendo!

ASSINATURA
ANUAL
12 EDIÇÕES

R\$ **99,00**

ASSINE JÁ!
WWW.XAPURLINFO/ASSINE



Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info



*Programa de domingo.
Manta, cafezinho e boa leitura!
#Tudodebom
Magda Curado Martins, professora. Brasília,
Distrito Federal.*

*Esta revista surpreende a cada dia. Daniela Valenzuela
Sonntag - Brasília, Distrito Federal.*

*Xapuri, uma revista de conteúdo que dá gosto de ler. Luiz
Henrique Oliveira, Santa Maria, Rio Grande do Sul.*

As imagens mais populares da @revistaXapuri

@dougsmoura



@fraambio_



@luizaveg



Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Jack Soifer

A geração da minha idade, acima dos 65 anos, é às vezes acusada de inconsciência ambiental. Há alguns que, por falta de civismo ou autoconfiança, dão a impressão de "posso, quero, mando", como na ditadura. Desperdiçam energia, não separam o lixo.

Hoje isso até é normal entre os que têm algum poder, mesmo que temporário. Bajulam o chefe e maltratam todos os demais. Mas raramente o fazem com os estrangeiros, para depois tentar vender-lhes algo. Ou usam o poder para obter um "agrado" que os seus condescendidos agora, com o materialismo e a futilidade propagados pela TV, já não oferecem.

Mas o que tínhamos no nosso tempo, ainda na escola ou recém-formados? Como era a sociedade? Tínhamos garrafas de leite e de refrigerantes que devolvíamos ao minimercado, que devolvia ao fabricante no mesmo camião que trazia as cheias; aquele lavava e as reutilizava muitas vezes. Ninguém dizia que isto era consciência ambiental, nem havia esta expressão.

Era apenas uma forma de gastar menos material e energia, de reaproveitar o que já existe.

O pão que sobrava tornava-se a base para a sopa com outras sobras, para as noites seguintes. As latas de atum ou sardinha tornavam-se cinzeiros, pelas hábeis mãos da avó. As latas grandes,

vaso para plantas, após uma demão de tinta. Garrafas bonitas eram cortadas ao meio e os cantos polidos, para servir de copos e até jarros de flores.

Os alimentos só levavam conservantes naturais e tinham curta duração. Do leite que estava quase a azedar, fazíamos iogurte ou queijo-coalho; da fruta fazia-se compota com pouco açúcar e das hortaliças picles, com vinagre ou limão.

No Outono, aos domingos (trabalhávamos aos sábados) andávamos pela mata a colher cogumelos que eram secos, postos em potes, e rendiam meses. E que alegria sentir o aroma dos cogumelos na frigideira e ouvir o incessante tagarelar dos amigos, todos juntos, a limpar e cortar os cogumelos. Era divertido, unia familiares e amigos. Fazíamos tudo juntos, e cada família levava uma dose proporcional ao seu tamanho.

Consciência ambiental? Recolhíamos galhos e ramos nos campos e matas, para evitar incêndios e para ter material para o grill do domingo. Fazíamos a poda na mata, para ter lenha e ao mesmo tempo garantir a qualidade das árvores que necessitam de mais sol. Os raros papéis e o lixo que havia na natureza iam para o fogão a lenha ou grill.

Bons tempos...



Jack Soifer - Escritor, autor de Empreender Ecoturismo, Transportes e A Grande Pequena Empresa.

VOCÊ SABIA?

O Cerrado brasileiro ocupa uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. Nele cabem Espanha, França, Alemanha Itália e Inglaterra juntas.

- Com 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas, nosso Cerrado é reconhecido como a savana mais rica do mundo. Nele vivem cerca de 199 espécies de mamíferos, 837 de aves, 1.200 de peixes, 180 répteis, 150 de anfíbios. Dessas, pelo menos 137 espécies estão em risco de extinção.

- Mais de 220 espécies das plantas do Cerrado têm uso medicinal e mais de 416 têm potencial de uso na recuperação de solos degradados. Muitas estão em risco de extinção. Cerca de 80% do carvão vegetal consumido no Brasil vêm das árvores do Cerrado.

- Diferentemente da Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal, o Cerrado não recebeu da Constituição Federal o status de "Patrimônio Nacional", tornando a conservação de sua biodiversidade uma tarefa mais difícil.

- Somente 8,21% de seu território está legalmente protegido por unidades de conservação; desse total, 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável, incluindo RPPNs (0,07%).

A LENDA DO DIA E DA NOITE

Aturi Kayabi

No início do mundo as coisas eram todas mal feitas.

Não tinha a noite, só existia o sol.

O dia não tinha fim.

As pessoas trabalhavam sem parar.

Quando dava sono, elas dormiam, acordavam, e o sol estava no mesmo lugar.

O sol era muito quente, a gente assava peixe, cozinhava e torrava farinha na quentura do sol.

Até que certo dia o pajé pensou em mudar.

Ele pegou duas cabaças de amendoim, uma com amendoim branco e outra com amendoim preto.

Primeiro ele quebrou a cabaça de amendoim preto, e a noite chegou.

O pajé dormiu para fazer a distância da noite.

Ele acordou às 3 horas da manhã e disse: Vou dormir mais um pouco.

Quando deram 5 horas, ele quebrou a outra cabaça, de amendoim branco, e o dia clareou.

Por isso é que temos o dia e a noite.

Aturi Kayabi

Professor indígena, in Geografia Indígena. Parque Indígena do Xingu. MEC/SEF/ DPEF - Instituto Socioambiental Brasília, 1988

ATAQUES À PETROBRAS PARA ENTREGAR O PRÉ-SAL

Jaime Sautchuk



Um projeto em tramitação no Congresso Nacional, de autoria do senador José Serra (PSDB/SP), com apoio do governo interino, prevê a possibilidade de ampliação da presença de empresas estrangeiras na exploração do petróleo do Pré-Sal. Os depósitos de óleo ali existentes, pelo que já se conhece, colocam o Brasil entre os três maiores produtores mundiais.

O senador, pré-candidato à Presidência da República nas próximas eleições, ocupa o cargo de ministro das Relações Exteriores no governo interino de Michel Temer. No comando do Itamaraty, participa de fóruns internacionais que tratam dessa questão.

Voltamos, assim, a uma situação parecida com aquela que antecedeu a criação da Petrobrás, em 1953. Dizia-se então que nosso subsolo não tinha petróleo, por isso não haveria por que criar uma empresa estatal com a finalidade de tratar dessa riqueza natural. Mas o tempo provou o contrário.

A empresa cresceu e desenvolveu tecnologia própria, a ponto de se tornar um exemplo ao mundo todo. Encontrou petróleo em vários tipos de terrenos mais superficiais, como no Oriente Médio, e em águas profundas, como no Mar do Norte, as grandes reservas inglesas. E agora foi além, em terra firme de novo, só que muito abaixo do próprio oceano.

Em todas essas fases, boa parte das elites e a grande mídia tupiniquim se alinharam às empresas petrolíferas estrangeiras que detêm o controle do setor em nível global. Juravam de pés juntos que buscar petróleo abaixo da camada de sal, em grande profundidade, era uma aventura de sonhadores brasileira, fadada ao fracasso. (Sobre o que é o Pré-Sal, veja o artigo "Pequena Viagem ao Centro da Terra-V", de Altair Sales Barbosa, nesta edição de Xapuri).

Durante os governos de FHC, essas pressões forçaram grande redução nos investimentos em pesquisas por parte da Petrobrás. Entretanto, a partir de 2003, já no primeiro governo do então presidente Lula, o dinheiro reapareceu, as prospecções da empresa foram retomadas e deram no que se previa, pois lá estão as enormes reservas do Pré-Sal. Um grande desafio enfrentado e vencido pela engenharia nacional.

No atual momento histórico, ocorre uma acentuada queda nos preços internacionais do petróleo, o que reduz a rentabilidade de projetos como este brasileiro, que requerem grandes investimentos, e afeta a economia de países que dependem das exportações do ouro negro, como a Venezuela.

Contudo, essa queda nos preços é apontada por especialistas nesse mercado como manobra de grandes empresas do ramo e alguns países produtores, em especial o maior deles, a Arábia Saudita. Em 2008, o preço do barril no mercado internacional ultrapassou os US\$ 140. Hoje, está em torno de US\$ 50.

No caso brasileiro, esta seria mais uma faceta da implacável campanha que se faz contra a Petrobrás, a ponto de parte da mídia propagar a visão de que ela esteja em situação pré-falimentar. As ações já movidas contra a empresa, inclusive

com paralização de atividades, têm provocado número elevado de demissões, o que reforça essa imagem, mas as dispensas não paralisam suas atividades essenciais.

LAVA JATO

É inegável que denúncias levantadas pela operação Lava Jato envolvem de fato alguns funcionários da Petrobrás. São, contudo, ações de corruptos que existem em praticamente todas as empresas e entidades públicas e mesmo privadas. O que sobressai neste caso é o impressionante destaque que se dá a uma empresa específica, a Petrobrás, justamente num momento histórico em que ela dá o gigantesco salto da descoberta do Pré-Sal.

Mais do que encontrar o precioso líquido em tamanha profundidade, a própria estatal e um grande número de indústrias nacionais comprovaram ter capacidade de prospectar e explorar essa riqueza, num processo que envolve tecnologia de ponta. Fica visível ao mais leigo olhar que, a pretexto de combater a corrupção, há uma nova articulação pra retirar de mãos brasileiras o petróleo que é do Brasil. Uma ação recorrente, com cerca de um século de existência.

A política de exploração e produção de hidrocarbonetos (petróleo, gás, nafta etc.), no Brasil, compete à União. Esta, pela legislação em vigor, segue as orientações do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O Ministério das Minas e Energia participa das decisões tomadas e as executa, tendo a Agência Nacional de Petróleo (CNP) como órgão que elabora e supervisiona os contratos de partilha.

A Lei 12.351, conhecida como Lei da Partilha, aprovada pelo Congresso e sancionada por Lula

em 22 de dezembro de 2010, define que a Petrobrás será contratada diretamente, sem licitação, para exploração. E pode, também, participar de licitações de parcelas do Pré-Sal passíveis de exploração por sócios estrangeiros nos blocos de perfuração.

Uma mesma empresa estrangeira não pode participar da licitação de mais de um poço por bloco. E assume compromisso de constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, caso seja vencedora da licitação.

Em cada poço perfurado, segundo esta lei, a Petrobrás tem uma participação mínima de 30%, norma que está prestes a ser mudada, adotando um sistema que vem sendo classificado de “flexibilização” da presença estrangeira em cada empreendimento.

As evidentes intenções das mudanças que se pretende fazer são alvo de matérias na mídia do mundo inteiro e de críticas de governos, em especial dos parceiros no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), entidade que defende a autonomia dos estados nacionais, em contraponto à dominação das grandes potências.

A proposta de Serra, já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara Federal, em verdade quebra o controle brasileiro do setor. Prevê alterações inclusive na parte da lei que se refere à participação dos estados e municípios na distribuição dos royalties referentes à exploração de hidrocarbonetos fluidos, em especial o petróleo.

O site sueco Wikileaks revelou que Serra prometera essas mudanças em encontro com dirigentes da Chevron, dos estados Unidos, uma das maiores petrolíferas do mundo. Em discurso em plenário, o senador Roberto

Requião (PMDB/PR) denunciou o fato, afirmando que seu colega havia feito igual promessa a várias outras multinacionais do petróleo, ainda durante a campanha eleitoral de 2010.

Na prática, a lei em vias de ser aprovada deflagra a privatização definitiva da Petrobrás, iniciada durante a onda de privatizações desencadeada por Fernando Collor, quando presidente da República, mas colocadas em prática desmedidamente nos governos de FHC. Como é de amplo conhecimento, o processo de venda da empresa a grupos privados, que incluía a mudança de seu nome, chegou a ser iniciado, mas foi contido por poderosa reação popular.

Contudo, o processo não foi eliminado por completo. A estratégia usada então foi a de tentar picotar a Petrobrás, transformando seus diferentes projetos e propriedades em “unidades de negócio”. Assim, tornou possível a venda isolada de parcelas de cada empreendimento, como áreas de exploração e refinarias.

Ao mesmo tempo, foi desativado o Serviço de Engenharia (Segen), responsável pelo desenvolvimento tecnológico e acúmulo de conhecimento da empresa. Deste modo, em poucos anos cerca de 40% do seu capital foram cair em mãos estrangeiras, tendência em parte revertida na última década.

O enfraquecimento da Petrobrás no projeto Pré-Sal significa, em verdade, um vigoroso retrocesso nas políticas que visam a autossuficiência brasileira no setor. Uma volta ao passado que se contrapõe aos interesses nacionais.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

PEQUENA VIAGEM AO CENTRO DA TERRA V

Altair Sales Barbosa

PETRÓLEO E GÁS NATURAL

cos, que se assentam principalmente no assoalho oceânico ou no fundo de lagos rasos, locais onde existe pouco oxigênio para decompô-los. Quando soterrados sob camadas sedimentares e quando aquecidos, em função da profundidade, dão origem ao petróleo e ao gás natural.

Tanto o petróleo como o gás natural trazem na sua composição hidrogênio e carbono, por essa razão são designados hidrocarbonetos. Esses materiais são formados por restos orgânicos, sendo a maioria microscópica.

A rocha onde esses elementos se formam recebe a denominação de rocha-mãe, mas a viabilidade econômica só se torna possível quando há uma migração desses elementos da rocha-mãe para uma espécie de rocha-reservatório, também conhecida como armadilha, que os retém em grande quantidade.

Fato muito semelhante à formação de aquíferos. A rocha reservatório deve possuir diques selantes para reter o petróleo e o gás natural.

Caso isso não acon-

teça, há grande possibilidade desse tipo de material vazar até a superfície, onde desapareceria.

As rochas-reservatórios devem possuir porosidade, permeabilidade, capacidade de transmitir fluidos, para que tanto o petróleo como o gás natural possam ser extraídos em quantidades economicamente viáveis.

Muitos reservatórios de hidrocarbonetos são formados por arenitos marinhos que se espalham ao longo da costa oceânica e sempre nas proximidades de rochas-mãe. Recifes de corais antigos podem também se constituírem em boas armadilhas estratificadas. Por exemplo, grande parte do petróleo da região do Golfo Pérsico se encontra em antigos recifes.

Os hidrocarbonetos podem também ser encontrados em estruturas próximas aos "domos de sal". O sal gema é uma

rocha sedimentar, quando esta é enterrada com certa profundidade sob sedimentos mais densos, ela pode subir em direção à superfície em colunas denominadas "domos". À medida que a rocha de sal se ergue, penetra e forma camadas sobrepostas de rocha que podem armazenar petróleo e gás.

O folhelho betuminoso e as areias de alcatrão também podem se constituir em fontes econômicas de petróleo, dependendo da sua composição, extensão e da maneira exigida para seu processamento.

Embora algumas pesquisas demonstrem que petróleos e gases naturais já existiam desde o período Carbonífero, é no Cretáceo Superior que se formam mais de 2/3 do petróleo e gás natural existentes no mundo.

O CASO DO PRÉ-SAL DA COSTA DO BRASIL

O chamado pré-sal da costa brasileira refere-se a uma grande reserva de hidrocarbonetos que, se bem explorada, pode colocar o Brasil entre os maiores produtores mundiais. É encontrada sob uma profunda camada de rocha salina.

Os estudos até o presente momento demonstram que a camada onde se encontram a rocha-mãe e as armadilhas que armazenam os hidrocarbonetos se estende desde o estado do Espírito Santo até o estado de Santa Catarina, no final da plataforma continental brasileira, fora do que se considera mar territorial brasileiro, porém dentro da zona econômica exclusiva do Brasil.

A rocha geradora que dá

origem aos hidrocarbonetos retidos em uma camada bem profunda é constituída basicamente de folhelhos lacustres. A profundidade da camada rica em petróleo pode chegar a 8 mil metros abaixo do nível do mar. Sua origem está condicionada à fragmentação Gondwânica, que separou a África da América do Sul de origem à formação do Atlântico Sul, bem como as placas tectônicas Sulamericana e Africana. Isso há cerca de 120 milhões de anos.

As camadas mais recentes de sal que se situam acima das reservas estão cerca de 2 mil metros abaixo do nível do oceano e se formaram pela evaporação da água marinha, num contexto de clima árido e semiárido, durante a última fase de mar raso que abrangia toda a região.



Altair Sales Barbosa
Doutor em Antropologia.
Pesquisador do CNPO



SINTEGO ITINERANTE, RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS



Inauguração da sede da RS Inhumas marca encerramento do Sintego Itinerante

e eu achava que não ia dar certo, mas nos convencemos e topamos e foi realmente uma experiência muito positiva, todo mundo gostou. Muita gente fez carteirinha, muita gente foi atendida pelo jurídico, muita gente conheceu pessoalmente a presidenta Bia. Inclusive todo mundo aqui dos cinco municípios

dades do encerramento, que incluíram a inauguração da nova sede da Regional Sintego, o clima com o projeto era de total contentamento: "Estamos muito felizes. Ganhamos uma sede nova com recepção, sala pra Presidência, pra Direção, pro Administrativo, pro Financeiro, todas elas com jardins internos para facilitar a entrada da luz, banheiros feminino e masculino, uma copa muito confortável e até um auditório para 50 pessoas. Aqui, nossa equipe toda agradece por nosso sonho realizado. Queremos de novo o Sintego Itinerante", diz Joana D'arc Cardoso Lourenço, presidenta da Regional de Inhumas, que congrega outros 11 municípios.

Na reunião da direção estadual, realizada na nova sede, Bia de Lima fez um balanço do Sintego Itinerante, avaliando que o projeto comprovou a força e o respeito do sindicato junto à categoria e reorganiza a luta, aumentando, ainda mais, a responsabilidade de toda a direção na defesa dos direitos duramente conquistados para toda a categoria. Bia avaliou a aproximação da direção estadual com a base como um dos pontos mais positivos do Sintego Itinerante 2016.

Em entrevista concedida à Xapuri em Inhumas, Bia de Lima detalhou sua avaliação dos resultados do projeto e apontou os desafios para o segundo semestre.

X - Qual sua avaliação final do projeto?

Bia de Lima - Uma experiência extraordinária. O Sintego Itinerante nos mostrou que entramos num caminho sem volta de reorganização da nossa categoria para fortalecer o nosso trabalho e a nossa luta em todo o Estado. A internet é impor-

tante para fazermos a comunicação, mas não substitui a presença forte e diária nas escolas para fazer o diálogo e o debate sobre nossa luta e nossas reivindicações.

X - Quais foram os assuntos de maior interesse?

Bia de Lima - Nas questões mais gerais, a privatização da Educação em Goiás, as OSs, o piso salarial, as contratações temporárias, o bônus do governo do Estado, que bota cabresto, intimida e desmobiliza a categoria. Na relação com o Sintego, as dificuldades de comunicação com a Central (que vamos resolver!), as questões jurídicas, muitas delas sobre aposentadoria, e o Clube de Caldas Novas. Muita gente querendo saber sobre o Clube, o que foi ótimo.

X - Qual a principal preocupação da Categoria?

Bia de Lima - Depende muito da Regional, mas uma coisa que preocupa a todos é a informação de que o governo do Estado só vai pagar o piso para os professores PI e PII, que são menos de mil. Com essa decisão, mais de 35 mil professores terão seu direito desrespeitado. Da mesma forma, a data-base do administrativo das escolas está sendo ignorada.

X - Quais foram as principais dificuldades encontradas?

Bia de Lima - O que encontramos de situação mais difícil foi a recusa de algumas escolas a abrir as portas para o Sintego. Nesses casos, tive que partir pro diálogo e, em algumas situações, falar duro com quem estava barrando nossa entrada, porque permitir o acesso às escolas para que possamos organizar e dar apoio aos trabalhadores e trabalhadoras da Educação não é favor, é direito nosso.

X - Quais os pontos mais positivos do Sintego Itinerante?

Bia de Lima - Vimos um sindicato em movimento, com muita gente trabalhando e muita coisa

boa acontecendo. Comprovamos que o Sintego é querido pela categoria e que nossa presença na base fortalece a nossa luta. A experiência de levar atendimento jurídico, facilitar a filiação e a entrega de carteirinhas, e de montar um trabalho eficiente de comunicação foi muito positiva. Soubemos na prática o quanto é importante melhorar a comunicação da Central com as Regionais.

X - O que vem agora?

Bia de Lima - O Sintego Itinerante vai continuar no próximo ano. Vamos ajustar o projeto para que tenha resultados ainda mais extraordinários. Para o segundo semestre, estamos nos preparando para o embate com o Governo do Estado, que insiste em terceirizar a Educação por meio da contratação das OSs (acaba de lançar novo Edital), que debilita nossa organização com bônus e contrato temporário, e que se recusa a pagar o piso salarial da categoria. Há indicativo de greve. Nas reuniões do Sintego Itinerante, as pessoas sempre me perguntavam: "Greve é um bom caminho?" Eu respondi e respondo: Fazer greve é péssimo, mas pior ainda é ficar sem aumento, é ficar sem emprego, é deixar o Governo Marconi terceirizar a Educação em Goiás. E, para fechar o ano, teremos o Congresso do Sintego, em novembro, quando discutiremos valorização profissional, carreira, financiamento da Educação e muitos temas importantes para o ensino público de Goiás.



O Sintego Itinerante visitou 43 escolas estaduais



O Sintego Itinerante prestou mais de 1.300 atendimentos jurídicos e administrativos para filiação e/ou recadastramento



O Sintego Itinerante envolveu mais de 3 mil educadores em todo o Estado



O Sintego Itinerante intermediou negociações em favor dos educadores nos municípios



Percorrendo 12 mil km, o Sintego Itinerante visitou 37 municípios em 64 dias



ENSINAR E APRENDER: ATOS DE RESISTÊNCIA

Jacy Afonso

Vivemos “tempos bicudos”. Governo ilegítimo, conservadorismo exacerbado, retrocessos inimagináveis, ameaças aos direitos, à cidadania e à democracia.

No atual cenário de disputas político-ideológicas as políticas públicas para a educação sofrem violentos ataques: o fim da vinculação de impostos e contribuições para as políticas sociais e das receitas do petróleo para a educação e a saúde, a privatização da educação básica e superior e a ameaça ao piso do magistério contrariam frontalmente os avanços na proteção dos direitos sociais obtidos nos últimos anos.

Os aspectos democratizadores e emancipadores da educação também estão em risco: escola sem partido, lei da mordaza, terceirização/privatização da educação são alguns exemplos.

O direito à educação constituiu-se em direito fundamental, elemento indispensável ao pleno desenvolvimento da cidadania.

Os direitos sociais como variante dos direitos e garantias individuais ou como projeção do princípio da dignidade humana são “cláusulas pétreas”, ou seja, dotados de proteção.

O direito à educação, enquanto direito social, impõe a cada um dos três poderes par-

celas de responsabilização; determina que União, Estados e Municípios trabalhem em regime de colaboração, exigindo uma rede articulada de ações que garantam a equidade e a qualidade no atendimento de todas as crianças e jovens.

O município é o órgão mais próximo do cidadão e o mais visível também. Sua responsabilidade prioritária está na educação infantil e no ensino fundamental, níveis educacionais em que as pessoas começam a construir o ser social, a descobrir sua cidadania.

A responsabilização do município pelo ensino fundamental e pela educação infantil não garante a melhoria da qualidade e a democratização do ensino. São necessárias a oferta e a melhor aplicação dos recursos públicos, a possibilidade de avaliação da competência administrativa municipal por parte da população, a manutenção dos/as trabalhadores/as da educação no espaço educativo.

Essas condicionantes fortalecem a autonomia da unidade escolar e garantem a independência do projeto político pedagógico.

O poder decisório do município poderá atender as peculiaridades locais, formulando leis que disciplinem e regulamentem o sistema local de educação.

A elaboração do Plano Municipal de Educação, a constituição do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundef são condições fundamentais para a democratização da educação.

A criação dos grêmios estudantis precisa ser estimulada enquanto espaço de participação dos estudantes.

Outro aspecto é que nos governos Lula e Dilma foram criadas 422 escolas técnicas e 18 Universidades Federais nos mais diferentes municípios, descentralizando a formação e fortalecendo os territórios da cidadania.

O poder municipal precisa considerar esse fato e incluir ações que possibilitem o acesso dos jovens nesses espaços de qualificação.

“A participação é uma forma de viver a democracia e ela abarca as práticas anômalas e subversivas que vivem no plano subjetivo e pessoal, aquelas coisas que fazem as formas de sentir e amar, as formas de viver e criar comunidade. Nesse sentido, a participação democrática abarca a sociedade em seu conjunto, as meninas e os meninos nos centros educativos, em seus domicílios e na sociedade, os adolescentes e os jovens, as mulheres, os gays, aslésbi-

cas, os transexuais, os transgêneros, os atores políticos e sociais, mas também a quem constrói cultura, poesia e arte”.

LILIAN CELIBERTI

Assim como em outros momentos, tempos difíceis requerem mais observação e escuta, esperam reflexão e sabedoria, exigem resistência e coragem. As crises não podem servir para crermos em falácias de Estado mínimo, de diminuição de investimentos ao que é caro para a população, como a educação.

O município é um espaço privilegiado para a participação popular nos destinos da educação. A proximidade crítica e participativa das pessoas força prefeitos e vereadores a se comprometerem com uma educação que atenda às necessidades locais: financeiras, sociais, culturais.

A escola precisa ser espaço de livre pensamento para ensinar e aprender. Deve estar para além de seus muros, interagir com a comunidade, ouvir, convidar à participação alunos, professores, trabalhadores da educação, pais, mães, amigos e todos os que têm a contribuir com uma educação comprometida com o fortalecimento da humanidade em cada qual.

O município é o espaço ideal para principiar o encorajamento para ser o que se é. Somos responsáveis pela história que escrevemos também nos tempos bicudos. Depende dessa escrita o futuro que construiremos.

Mudar o mundo a partir da aldeia. A cidade é da cidadania.



Jacy Afonso
Sindicalista





OI: DE SUPERTELE À BANCARROTA

Gustavo Gindre

A Oi precisa ser salva de seus acionistas e a única forma de isto acontecer é se o governo decretar uma intervenção nesta que é a maior concessionária de telecomunicações do país.

Enquanto seus acionistas controladores se beneficiavam de dividendos e de uma série de operações duvidosas, a empresa acumulou dívidas de R\$ 64 bilhões, chegou a valer menos de R\$ 1 bilhão na Bolsa de Valores, e, o principal, não consegue investir.

Em junho, a empresa decretou recuperação judicial de R\$ 65,4 bilhões, valor que entra para a história do Brasil como o maior nesse tipo de negociação.

Mas a Oi simplesmente não pode falir, pois mais de 3.000 municípios no Brasil dispõem apenas da infraestrutura de telecomunicações da operadora, não havendo concorrentes.

Para entender porque o futuro da Oi depende do afastamento da sua direção é preciso contar um pouco de sua história, começando no processo de privatização, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Em 1997, o Brasil aprovou sua Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472/1997). Tratava-se de partir a Telebras no maior

número possível de operadoras para garantir que mais empresas fossem agraciadas e assim pudessem contribuir com o caixa 2 da reeleição de FHC. O leilão de privatização foi, na verdade, um poderoso instrumento de caixa 2, alimentado pelas empresas compradoras das fatias da Telebras.

Logo depois da privatização a empresa começou a sofrer os efeitos do conflito entre seus interesses e as ações de seus controladores. As operadoras de telefonia celular, que depois viriam a integrar a Oi, foram inicialmente adquiridas diretamente pelos controladores da empresa e depois revendidas para a própria Oi. A empresa foi obrigada a comprar um pacote pronto, inclusive, com o valor definido por seus controladores.

Em 2008, depois de uma longa batalha contra seus acionistas minoritários em torno da reestruturação da empresa, os controladores da Oi ousaram um novo movimento. Por meio de um intenso lobby junto ao governo Lula conseguiram a edição do Decreto Presidencial nº 6.654 que alterou o Plano Geral de Outorgas (PGO), permitindo que a Oi comprasse a Brasil Telecom e se tornasse a concessionária de telefonia fixa em 26

estados (exceto São Paulo, onde operava a Telefônica, hoje Vivo).

A operação foi triplamente lesiva para a empresa. De um lado, a Oi herdou uma série de esqueletos no armário trazidos pela Brasil Telecom e a gestão do Opportunity. De outro lado, a dívida da empresa mais que dobrou.

Mas, principalmente, a Oi assumiu obrigações de universalização da telefonia fixa em 26 estados, passando a competir com gigantes transnacionais que, ou não tinham obrigação alguma, ou, caso da Vivo, eram concessionários apenas em São Paulo, o mais lucrativo mercado brasileiro.

Em 2013, veio o golpe de misericórdia na Oi, com a fusão com a Portugal Telecom. O processo fez a dívida da Oi explodir. Desde então, a empresa começou uma via crucis de diminuição de investimentos e venda de ativos. Mesmo assim, a dívida só fez aumentar.

MAIS UMA BARGANHA PELA FRENTE?

A história traumática da Oi culminou com o pedido de recuperação judicial e uma dívida de mais de R\$ 64 bilhões. Mas até mesmo esse processo pode esconder



uma nova tentativa de beneficiar os controladores da Oi.

Pouco antes de pedir recuperação judicial, a Oi demitiu seu CEO, Bayard Gontijo. Ele vinha negociando com credores a transformação de parte substancial da dívida em cerca de 95% do capital da Oi. Em troca de sanear a empresa, a medida implicaria em deixar os antigos acionistas com apenas 5%. Os acionistas controladores optaram pela recuperação judicial. E aqui começa o novo problema.

A opção pela recuperação judicial - mesmo diante de uma dívida enorme e uma infraestrutura sucateada - demonstra que os controladores da empresa se sentem seguros para rejeitar a proposta de participação acionária. Tal segurança só pode ser provida por um personagem: o governo brasileiro, que dispõe de um saco de bondades para ajudar a operadora.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) possui mais de R\$ 10 bilhões em multas emitidas à Oi e não pagas. A ideia é transformar essas dívidas em compromisso de investimento, com prazos e as condições a serem negociados e, na prática, se tornarem um compromisso "para inglês ver".

A Oi tem dívidas de mais de R\$ 15 bilhões com bancos estatais, cerca de R\$ 7 bilhões com o BNDES. O governo tem condições de alongar prazos ou até mesmo prever vantajosos descontos em relação aos valores originais.

Mas apenas isso não seria suficiente. É necessário mudar a legislação do setor e os contratos de concessão, a começar pela extinção da obrigatoriedade de reverter à União, em 2025, os bens adquiridos quando da privatização e que são essenciais para a prestação da telefonia fixa. Trata-se de uma fortuna de 7,5 mil imóveis que deixariam de ser reversíveis à União e poderiam ser alienados. Ou seja, bens públicos usados para fins privados.

E, principalmente, algum tipo de mudança que acabasse com as regras de universalização da telefonia fixa, pondo fim à obrigação da Oi em 26 estados. O problema é que se a Oi não for mais obrigada a prestar esse serviço, tampouco suas concorrentes irão se aventurar pelos rincões do país, o que pode provocar um apagão de telecomunicações em boa parte do território brasileiro.

É pouquíssimo provável que o governo golpista de Michel Temer se arrisque por esse caminho, mas a história da Oi demonstra que a

condição fundamental para a continuidade da empresa é o afastamento imediato dos controladores da concessionária.

A história da Oi é uma das melhores ilustrações de como o Estado brasileiro é utilizado como instrumento de acumulação de capital por nossas elites.



Gustavo Gindre - Jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fonte: Excerto de matéria publicada originalmente na revista Carta Capital, seção Entrevistas, de 24 de junho de 2016.

GUARANI-KAIOWÁ UM POVO EM LUTA

Zezé Weiss

A 14 de junho, nas sagradas terras usurpadas dos Guarani-Kaiowá, no município de Caarapó, no Mato Grosso do Sul, as balas assassinas do latifúndio tombaram por terra mais uma liderança indígena. Muito tendo ainda por fazer, o jovem Clodiodil de Souza, de vinte e poucos anos, quase um menino, foi-se embora deste mundo.

No rastro da mesma pólvora aberta a tiro e trator contra uma comunidade indígena indefesa, pelo menos cinco outras pessoas ficaram feridas, incluindo uma criança de 12 anos. Caarapó ganhou as páginas do noticiário nacional e internacional. Com mais essa ação paramilitar, as milícias armadas do latifúndio fizeram de Caarapó terra arrasada aos olhos do mundo.

Ainda que por parca terra – são 3,5 hectares para seis mil indígenas – os Guarani-Kaiowá do tekohá (terra sagrada) Tey Jusu ocuparam uma das fazendas situadas no território tradicional de Toro Passo, na Terra Indígena (TI) Dourados-Amambaipegua, torrão originariamente seu e que, agora, também de direito, o Brasil lhe diz que de fato a terra é sua.

A 12 de maio, no mesmo dia do afastamento da presidenta Dilma Rousseff pelo golpe que levou ao poder o interino Michel Temer, o relatório de identificação da TI Dourados-Amambaipegua foi finalmente publicado pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Não fosse a sangrenta gana

do agrocrime, embora com décadas de atraso, um infimo quinhão de terras voltaria, pelas mãos do moroso Estado brasileiro, aos seus povos originários.

UMA LUTA QUE PARECE NÃO TER FIM

Não foi essa a primeira retomada de terras indígenas sob a chibata da violência na região de Caarapó. Em 2013, tombou o jovem Denilson Barbosa, do tekohá de Pindo Roky. Em 2005, assassinaram Dorvalino Rocha. Em 2015, foi assassinado o líder Simeão Vilhalva, no tekohá Nhenđerú Marangatu.

Apenas nos últimos anos, ocorreram pelos menos outros 25 ataques contra os indígenas no MS, em uma luta que não vem de agora, que causou a morte do grande líder Marçal Guarani em 1983, e que se estende desde quando, no início do século XX, os Guarani-Kaiowá foram confinados pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em diminutas reservas indígenas.

A pressão se tornou mais violenta a partir dos anos 1970, com a usurpação de terras e a expulsão sistemática dos indígenas de seus tekohás pelo agronegócio. Aos Guarani-Kaiowá não sobrou outro caminho que não fosse o da luta e da resistência.

TERRITÓRIO DA PISTOLAGEM, TERRA DA IMPUNIDADE

Depois da África do Sul, o Brasil é o país com a maior concentração fundiária no mundo. O MS

está entre os estados brasileiros que mais concentram terras. E, depois do Amazonas, é também o estado com maior contingente de população indígena.

E é no MS que ocorre a correlação mais desfavorável entre a população indígena existente e a extensão das terras indígenas oficialmente reconhecidas. Na imensa maioria dos casos, diz o Instituto Socioambiental (ISA), os indígenas vivem confinados em áreas diminutas, insuficientes para abrigar sua população, e cercados pelo agronegócio.

Os conflitos são inevitáveis. Ali, nas Terras Indígenas do Mato Grosso do Sul, comete-se injustiça contra índio o tempo todo, mata-se índio à luz do dia, e nada ou quase nada passa.

No caso do ataque de 14 de junho, o Ministério da Justiça informou que orientou o caso para investigação e que enviou a Força Nacional à região. No dia 17, o Ministério Público informou ter aberto investigação contra 14 fazendeiros, sob segredo de justiça. Aos índios sobra história e falta esperança para crer que dessa vez algo será diferente.

DEMARCAR AS TERRAS INDÍGENAS, SAÍDA URGENTE E ÚNICA

Os conflitos no MS, e nas outras áreas brasileiras onde ainda habitam comunidades indígenas sob ataque do latifúndio, só terminarão com a demarcação e a desocupação das Terras Indígenas.

Para isso, torna-se fundamental tanto a agilização dos processos demarcatórios pela Funai quanto a votação no Congresso Nacional de Leis que permitam aos povos indígenas viverem em paz em suas terras originárias. Por exemplo, é urgente a aprovação pela Câmara dos Deputados da PEC 132/2015, que prevê indenização aos portadores de títulos legítimos que incidam sobre as terras a serem demarcadas, já aprovada por unanimidade pelo Senado.

Uma medida lógica, com ganho para todas as partes, portanto de fácil aprovação, poderia se pensar. Na prática, infelizmente não é assim.

Parlamentares da chamada bancada da bala tentam aprovar leis contrárias aos interesses indígenas, como a PEC 215 (que transfere a demarcação de terras para os estados) e, no âmbito das Comissões Parlamentares, insistem em CPIs como as do Cimi e da Funai/Incra, inviabilizando a paz, aprofundando o ódio e agravando as ações de violência.

Enquanto: as Terras Indígenas não forem demarcadas; a legislação anti-indígena não for barrada; o Estado não deixar de ser omisso e lento; e o Ministério da Justiça não tomar providências efetivas para punir os assassinos de lideranças indígenas, a dor não cessará para o povo Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul e para todos os povos originários da pátria brasileira.



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

@zezeweiss



Foto: Pedro Alves

O sabor das flores



Diz a mitologia grega que, quando os deuses passaram a governar o mundo, as divindades concederam à Terra a graça de ter muitos animais, muitas plantas e muitas flores. Cada um desses presentes da natureza obteve de um deus ou de uma deusa preferência e proteção.

Na partilha, Afrodite, a deusa do amor, escolheu para si as flores mais belas e mais perfumadas: as rosas, as murtas, as flores de laranjeira. Para agradá-la, os gregos começaram a fazer quitutes e doces com flores como ofertas para Afrodite.

Não demorou muito para que outros povos antigos, os egípcios, os hindus e os chineses também usassem flores e fizessem doces para ofertar a seus deuses. Do Oriente, os romanos trouxeram a arte de confeitar pétalas de flores, para agradecer à deusa Vênus.

Durante as invasões bárbaras, Vênus perdeu seus doces de flores. A arte de confeitar pétalas sumiu do mapa culinário da Europa, para ressuscitar somente nos mosteiros da Idade Média. Os monges resgataram a arte de produzir licores de frutos e flores. As monjas recuperaram antigas e deliciosas receitas de cremes, geleias e pétalas confeitadas.

A Revolução Industrial desbancou, de novo, o saber milenar dos povos antigos. A produção de alimentos em escala comercial, à base de produtos industrializados, dispensou o talento artesanal na produção de delícias floríferas. Mas, de alguma forma, muitas receitas foram mantidas.

O retorno ao gosto por alimentos naturais nos dias de hoje traz de volta velhos cadernos com velhas receitas herdadas de nossas avós e bisavós. Esta receita de pétalas de rosa cristalizadas vem do livro Segredos de Tias e Flores, de Henda, publicado pela Editora Relume e Dumará, em 1994.

Pétalas de rosa cristalizadas

Escolha rosas vermelhas [sem agrotóxicos] e de muito perfume. Separe as pétalas. Cuide para que estejam perfeitas. Bata uma clara de ovo e, com o auxílio de um pincel delicado, pincele cada pétala nos seus dois lados. Salpique as duas faces com açúcar [de confeitiro] muito fino e muito branco. Ponha-as a secar ao sol, virando as pétalas de quando em quando. Assim que estiverem bem secas, coloque-as sobre papel impermeável, muito ligeiramente untado, e guarde-as, camada sobre camada, separadas pelo papel, em recipientes de vidro escuro, hermeticamente fechados. São deliciosas e servem para enfeitar creme chantilly e glacês de bolos e tortas.

PLP 268/2016 ACABA COM REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS NOS FUNDOS DE PENSÃO



Entidades como Fena e Anapar têm se mobilizado semanalmente para evitar a aprovação do projeto como está. Mudança nas regras só interessa às patrocinadoras dos fundos, que terão mais poder para mudar planos de benefícios, direitos e estatutos

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 268/2016, que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, é uma séria ameaça para participantes e assistidos de fundos de pensão. A proposta, fruto dos Projetos de Lei do Senado (PLS) 388 e 78, de autoria de Paulo Bauer (PSDB-SC) e Valdir Rupp (PMDB-RO), respectivamente, destrói a representação dos trabalhadores nessas entidades.

Em resumo, o PLP 268 elimina a eleição de diretores dos fundos que são patrocinados por empresas e órgãos públicos. Também reduz a um terço a representação dos participantes e assistidos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Segundo o texto, as vagas tiradas dos verdadeiros donos dos fundos serão ocupadas por conselheiros "independentes" e a diretores contratados no mercado por "empres-

as especializadas".

"Essa é mais uma prova de que temos hoje o Congresso Nacional mais conservador dos últimos tempos. Se esse absurdo for aprovado, os trabalhadores perderão a capacidade de interferir na gestão de seus próprios recursos. Essa mudança só interessa às empresas patrocinadoras, que no caso da Funcef é a Caixa, que terão mais poder para mudar planos de benefícios, direitos e estatutos", observa o presidente da Fena, Jair Pedro Ferreira.

Fabiana Matheus, diretora de Administração e Finanças da Federação, adverte que, mais uma vez, a mobilização da classe trabalhadora é fundamental. "Só assim será possível barrar o PLP 268 como está. Nossa pressão tem surtido efeito, pois deve garantir alterações em relação ao texto aprovado no Senado. Lutamos muito para conquistar a gestão paritária nos fundos de pensão e, por isso, não podemos permitir nenhum retrocesso", diz.

A Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (Anapar), outra entidade que tem

lutado contra o projeto, elaborou propostas de emendas ao substitutivo do deputado Marcos Pestana (PSDB-MG), que deve ser o texto levado para a votação no plenário da Câmara. "Apesar do substitutivo conter alterações, ele ainda exclui a paridade de representação na Diretoria Executiva, dentre outros problemas. Vamos trabalhar para garantir nossas emendas", avisa o presidente da entidade, Antonio Braulio de Carvalho.

Ainda de acordo com a Anapar, a síntese dos anseios dos participantes e assistidos dos fundos de pensão está representada em dois outros projetos: PLS 380/2014 e PLP 084/2015. Porém, de forma absolutamente contrária ao que já vinha sendo discutido durante anos, os senadores aprovaram a toque de caixa os malfadados PLS 388 e 78, que se tornaram o PLP 268/2016.

POR QUE O PLP 268 É UM RETROCESSO?

O PLP 268/2016 altera as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, que definem as regras para o funcionamento e fiscalização dos fundos de pensão cujos patrocinadores são ligados aos governos federal, estaduais e municipais e para o sistema de previdência complementar como um todo. "Essas duas legislações trouxeram avanços importantes. Por isso, não podemos ceder", afirma Jair Pedro Ferreira.

Uma das mudanças foi a possibilidade dos participantes e assistidos integrarem a gestão dos fundos. Até 2001, isso estava restrito às patrocinadoras. A Lei Comple-

mentar 109 garantiu a eleição de metade dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. Na Funcef, graças a uma mudança no Estatuto, negociada entre participantes e patrocinadora, os associados puderam escolher três dos seis diretores.

As Leis Complementares 108 e 109 impuseram outras alterações para a previdência complementar fechada. Uma das principais foi o aprimoramento de regras para investimentos. "A representação dos participantes nas instâncias de gestão dos fundos trouxe maior segurança ao segmento e transparência no gerenciamento dos recursos e patrimônio. Até então, isso estava à mercê da malversação do dinheiro e sem mecanismos de controle pelos associados", lembra Fabiana Matheus.

Em um dos casos mais escandalosos, o governo Fernando Henrique Cardoso favoreceu o consórcio liderado pelo Banco Opportunity de Daniel Dantas nas privatizações do Sistema Telebrás, com o uso de recursos dos fundos de pensão, entre eles a Funcef e a Previ. Para atender aos interesses de Dantas na disputa com os participantes dos fundos de pensão, que eram contrários a essa operação, FHC chegou a decretar intervenção no fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil.

Outro caso é o da Vale, que, aliás, é uma das principais influenciadoras do atual déficit da Funcef. "Em 1997, como parte do processo de desmonte do Estado, os fundos de pensão foram também obrigados a participar do acordo societário

que viabilizou a privatização da entidade Vale do Rio Doce. E, pior, com o compromisso de permanecer com as ações por, no mínimo, 20 anos, ou seja, até 2017", frisa Cardoso, vice-presidente da Fena.

"A paridade na gestão da Funcef e de outros fundos foi uma conquista da nossa categoria. E nós

lutamos para que os mecanismos sejam aprimorados. É necessário, por exemplo, alterar a Lei Complementar 108, para extinguir o Voto de Minerva, para evitar que participantes e assistidos sejam prejudicados por decisões unilaterais da patrocinadora", finaliza o presidente da Fena, Jair Pedro Ferreira.

"O PLP 268 acaba com a representação dos trabalhadores na Funcef. Lutamos muito para conquistar a gestão paritária, não vamos admitir retrocessos".

Fabiana Matheus
Diretora de Administração e Finanças

FENAE



FENAE FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Tânia Montoro

A ARTE DE COMUNICAR

Na academia, Tânia Siqueira Montoro tem um vasto currículo e bagagem de conhecimento, em grande parte conectado à área da Comunicação Audiovisual, especialmente cinema e TV. Pessoalmente, é a própria comunicadora, falante, alegre, sorridente e sempre disposta a ruidosas gargalhadas, quando o tema requer, o que não é raro.

Ela nasceu em Anápolis (GO), em 1957, primogênita de três irmãs, e ali morou até os 12 anos. Em 1969, seu pai, engenheiro civil, mudou-se com a família e montou uma construtora em Brasília. Ela casou-se pela primeira vez aos 19 anos e teve um filho, que hoje é Juiz de Direito em Porto Seguro, na Bahia.

Sempre disposta a qualquer parada, Tânia Montoro, como é chamada, ou T.S. Montoro, como assina seus escritos, não se limita a atividades teóricas em salas de aula ou laboratórios. No seu jeito de ensinar, aprender ou produzir, as atividades práticas estão sempre presentes, estejam onde estiverem.

Em 1994, após concluir a graduação em Educação e Ciências Sociais e o mestrado em Comunicação, na Universidade de Brasília (UnB), e já professora daquela

instituição, surgiu uma oportunidade em Nova Orleães, nos EUA.

Como bolsista do Fundo das Nações Unidas para a Criança e o Adolescente (Unicef), foi cursar mestrado em Mobilização e Comunicação Social na Universidade de Tulane.

Cidade histórica, na foz do rio Mississippi e junto ao movimentado Golfo do México, a capital do estado da Luisiana é também importante centro portuário, por onde passa gente do mundo inteiro. E é habitada por descendentes de escravos negros, que deram origem ao blues e outros ritmos básicos na música dos EUA.

Foi, pois, uma grande experiência em sua formação, mas era apenas um começo. A partir dali sua vida é um suceder de andanças pelo Brasil e mundo afora, dando seguimento aos estudos ou participando das mais diversas modalidades de cursos e eventos culturais e educativos. Além de produzir filmes, livros e artigos.

Estudou também em Washington, Amsterdã e Cuba. Fez doutorado em Comunicação Audiovisual e Publicidade na Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha, e pós-doutorado em Cinema e Televisão, na UFRJ.

Quando ainda estava em Barcelona, porém, participou de aventura que ainda hoje vive. Em 1998, o governador eleito de Goi-

ás, Marconi Perillo, solicitou a assessores que buscassem alguma ideia que projetasse o nome do Estado ao País inteiro.

A tarefa ficou comigo e eu elaborei, então, a proposta do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), que foi criado e é realizado desde o ano seguinte na Cidade de Goiás (Goiás Velho), antiga capital.

Contudo, por ousadia, a proposta era de um evento internacional, de modo que precisava da participação de filmes estrangeiros desde sua primeira edição. A tarefa de divulgar o festival na Europa e atrair filmes concorrentes foi dada à Tânia, que resolveu a questão num vapt-vupt.

Ela articulou uma parceria com os realizadores de um festival similar, realizado em Serra da Estrela, em Portugal. Assim, já na sua primeira edição, além de películas nacionais, o FICA contou com a participação de duas dezenas de filmes estrangeiros. Um sucesso.

Seu foco principal nas atividades acadêmicas, nos oito livros e enorme quantidade de artigos que já escreveu é a representação da sociedade nos meios audiovisuais. A partir daí abre um amplo leque de estudos e pesquisas, feroz crítica do uso desses veículos pra difusão da ideologia das elites.

Feminista de carteirinha, dentro sua produção de filmes e vídeos, ganha destaque a série de curtas-metragens sobre mulheres e os ambientes onde vivem. "Mulher de Borracha", "Mulher de Areia" e "Divinas Marias" documentam a relação da mulher com diferentes cenários geográficos, como ciência social aplicada.

Além de premiada, a série influenciou no processo que fez com que as pescadeiras (coletoras de algas, mariscos e artesãs de mate-



rial de pesca) tivessem sua profissão reconhecida. Na mesma linha, documentou a pesca da lagosta no Rio Grande do Norte, que mutila famílias inteiras.

Boa parte de sua produção em cinema e vídeo foi em parceria com seu companheiro Armando Bulcão, também professor da UnB, com quem conviveu por 22 anos. Esta parceria inclui o longa-metragem "Hollywood no Cercado", um filme sobre cinema.

A película conta a história de cineastas e atores norte-americanos que montaram um núcleo de produção cinematográfica em Anápolis, sua terra natal, nas décadas de 1940 e 50. A aventura de renomadas figuras do cinema ianque nos sertões do Brasil Central, não prosperou, mas virou um episódio mundialmente conhecido.

Hoje, após 26 anos de magistério, Tânia Montoro leciona várias disciplinas na graduação, mestrado e doutorado da UnB. Orienta em média 10 alunos por semestre e participa de eventos culturais no Brasil e no exterior.

Além disso, é consultora de or-

ganismos internacionais, festivais de cinema

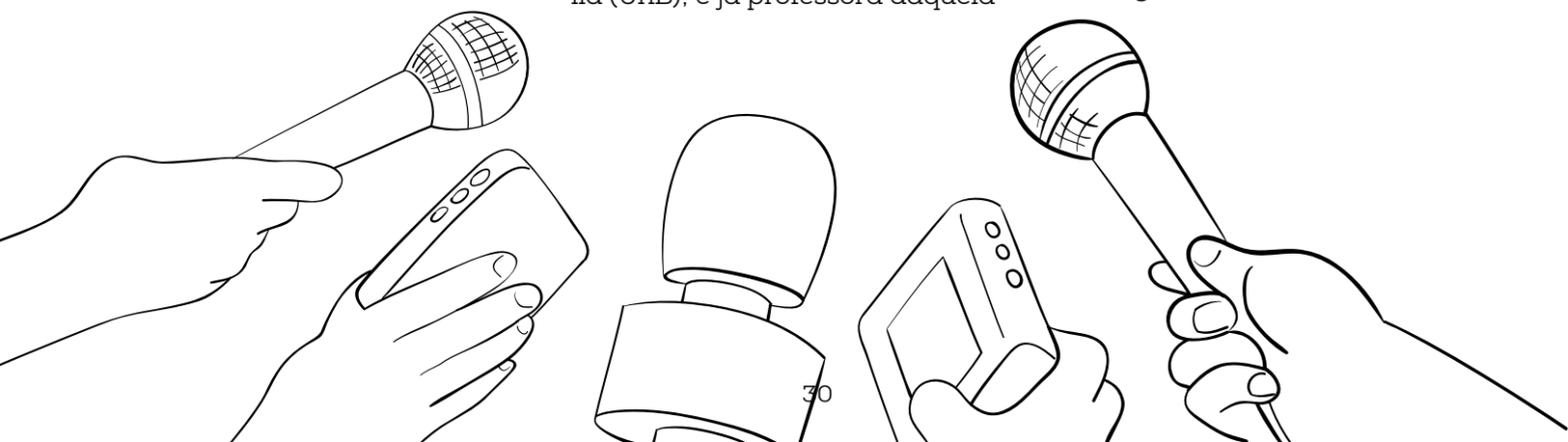
e entidades ligadas ao meio. Faz parte de vários conselhos de nível nacional e internacional, sem parar de escrever e dar materialidade às suas teorias.

Crítica com vigor a estrutura das universidades brasileiras, que, segundo diz, oferecem péssimas condições de trabalho aos cientistas e professores. "O Brasil deve reduzir salários dos deputados, senadores, juizes e pagar melhor profissionais da saúde e educação", afirma.

Em meio a tudo isso, com frequência ela se refugia numa bucólica casa que tem na cidade histórica de Pirenópolis, a 150 km de Brasília. Lá, encontra muitos amigos e ri bastante.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor





Deva Garcia

Saneamento Ambiental em foco no CEF 8 de Taguatinga

Com o objetivo de levar os estudantes a refletir sobre as práticas em relação aos cuidados com o meio ambiente e saneamento ambiental da comunidade em que estão inseridos, o Centro de Ensino Fundamental 8 de Taguatinga inovou.

Para debater o saneamento ambiental sob vários ângulos, desde os destinos do lixo ao tratamento de esgoto, os alunos foram orientados a realizar matérias jornalísticas sobre o assunto. Isso envolveu pesquisa, entrevistas - realizadas com amigos, familiares,

vizinhos e comunidade escolar em geral -, filmagem, edição, passando por todas as etapas de construção de um trabalho televisivo.

Utilizando computadores pessoais, celulares, câmeras diversas e programas gratuitos de edição, a turma de mais idade (do 8º e 9º ano) foi à luta. O resultado, profissional em muitos casos, fez a diferença porque prendeu a atenção de quem assistia aos "telejornais" e assimilou a mensagem - mostrada de uma maneira inovadora. Ao

tudo, 13 vídeos foram montados, um por turma.

Os alunos do 6º e 7º ano trabalharam o tema com cartazes e fotografias, observando a destinação do lixo em sua região e apontando caminhos para a correta destinação desse material.

Coube às professoras Ana Lúcia Reis e Ivani Lima coordenar os trabalhos, que envolveu a todos no ambiente escolar.

Para Ivani a atividade valeu muito a pena. "Para os alunos, houve o desenvolvimento da expressão oral. Mas,

principalmente, da perseverança, da vontade de fazer sempre o melhor, mesmo que com recursos limitados. Sem falar que houve uma mudança comportamental significativa. Hoje eles se assustam quando veem alguém jogando lixo na rua, por exemplo. Eles passaram a ver a questão com olhar crítico", destacou.

COMUNIDADE - Criada para atender a comunidade local, o CEF 8 de Taguatinga, entretanto, atende hoje estudantes de várias outras Regiões Administrativas do Distrito Federal - como da Colônia Agrícola Vicente Pires, da Colônia Agríco-



la Samambaia e de Águas Lindas de Goiás, situada no entorno. São mais de 800 alunos matriculados.

De acordo com o diretor José Maria Fernandes,

"quando fomos organizar o projeto político-pedagógico (PPP) da escola fizemos uma pesquisa de campo para interagir com a comunidade escolar. Daí nasceram os projetos. A questão do meio ambiente faz parte do projeto "Convivência". A escola inteira se comprometeu, num processo interdisciplinar".

A vice-diretora Mônica Neves Pereira enfatizou que o PPP visa a educar para o protagonismo e exercício consciente da cidadania. "Desenvolver atividades que proporcionem ao estudante não somente a construção do conhecimento científico, mas também situações que promovam aquisição de senso crítico. E o meio ambiente entra nesta questão", disse.



Arquivo CEF 08





BANCÁRIOS-DF UMA TV PARA CHAMAR DE SUA

Em 3 de junho de 2016 a TV Bancários celebrou seu aniversário no ar.

Veiculada pela TV Comunitária (Canal 12 da NET) e redistribuída via Internet pelas plataformas digitais do Sindicato dos Bancários de Brasília, a TV completou seu primeiro ciclo de vida com uma programação robusta, respeitada pela comunidade dos bancários e por toda a sociedade brasiliense.

Espaço criado para divulgar o trabalho do Sindicato em defesa dos bancários, o programa inovou para, desde sua primeira edição, veiculada em 5 de junho, tratar também de temas mais densos, como o Relatório Simplificado da Comissão da Verdade, produzido pelo Sindicato sobre o impacto da ditadura civil-militar na vida de militantes bancários e suas famílias.

“É nosso dever dar transparência ao que ocorreu com as bancárias e bancários durante o golpe de 1964, para que as perseguições, as torturas e as mortes não venham a ocorrer entre os trabalhadores das gerações presentes e futuras”, diz Eduardo Araújo, presidente do Sindicato, sobre

a importância da divulgação do Relatório durante o primeiro programa.

Desde então, nas 46 edições seguintes, o programa continuou acompanhando a pauta social nacional e colocou no ar discussões relevantes para a categoria e para o povo de Brasília como o assédio sexual, a precarização das relações de trabalho, a reestruturação entre bancos públicos e privados, a segurança bancária.

Semanal, o programa conta com os quadros ‘Além de bancário, eu sou...’, ‘Dias de Luta’, ‘Estamos de olho’, ‘Pelos ruas’, ‘Profissão Bancário’ e ‘Saúde é o que interessa’. O TV Bancários é produzido pelo jornalista Rodrigo Couto.

“Já entrevistamos Rodrigo Britto, presidente da CUT Brasília; Lucélia Aguiar, presidenta da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no DF e Entorno; Beto Almeida, integrante do Conselho Editorial do jornal Brasil Popular, e muito mais gente importante para a nossa luta”, diz Rafael Zanon, secretário de Imprensa do Sindicato.



Anote ai :

O programa vai ao ar, ao vivo, às sextas-feiras, a partir da 14h30. As edições são reprisadas pela TV Comunitária nos seguintes dias e horários:

Segunda-feira às 13h
Terça-feira às 23h
Quarta-feira às 13h
Quinta-feira às 18h
Sexta-feira às 22h30
Sábado às 12h
Domingo às 16h30



AS MULHERES E O MUNDO DA POLÍTICA

Iêda Vilas-Boas

Tempo de eleição chegando, tempo bom para fazer uma reflexão sobre as mulheres e o mundo da política.

Pensar e discutir o papel social destinado e desempenhado pelas mulheres na sociedade brasileira, sob a ótica da política, é sempre um exercício necessário e serve de orientação para definirmos quem somos, onde estamos e para onde iremos.

Nossa sociedade foi construída sob a égide do machismo e do patriarcalismo. Nela o homem sempre ocupou o espaço público, e a mulher, o privado. Aos homens, os salões e os debates. Às mulheres, a cozinha, o servir e as frivolidades. Evoluímos um pouco, é verdade. Entretanto muito temos para conquistar.

Na política, principalmente na municipal, ainda temos um espaço fechado entre e para os homens. A mulher vem abrindo, com

muita luta, arestas e janelas e ocupando espaços no mundo da política, seja como eleitoras (desde a década de 1930), seja como candidatas a cargos públicos. Mas ainda a passos lentos.

A presença e participação das mulheres em espaços políticos é fator fundamental para o fortalecimento da democracia. Entre os eleitores, no Brasil, as mulheres são maioria: mais de 51% do total. Esse potencial eleitorado tem atraído olhares e disputas pelos votos femininos.

As mulheres estão conquistando seu espaço, também, por conta das chamadas cotas, fruto de políticas afirmativas para ampliar a participação feminina, os partidos são obrigados a reservarem uma participação de, no mínimo, 30% para cada sexo.

Nesse sentido, o maior número de candidaturas pode ser associado a uma maior emancipação fe-

minina, o que não deixa de ser fato positivo, mas as desigualdades de gênero prevalecem e possuem raízes profundas na história do Brasil.

Já conseguimos reverter diversas situações desfavoráveis em diferentes áreas, menos nos espaços de poder. Em termos quantitativos, a participação das mulheres na política ainda é muito pequena. No Congresso brasileiro, elas somam pouco mais de 10% das bancadas da Câmara e do Senado.

Importante destacar que, para o exercício de cargo público, as questões morais e éticas não dependem do sexo. A boa ou o bom governante é quem tem compromisso com a democracia e com a coletividade, seja homem ou mulher.



Iêda Vilas-Boas
Escritora

TRÂNSITO, EDUCAÇÃO E ESPERANÇA

Antenor Pinheiro

É fato a ausência de cidadania em todas as dimensões sociais que se possa imaginar no Brasil, mas quando o assunto é trânsito, isto fica mais explícito.

Principalmente nos espaços dinâmicos do ambiente urbano, pessoas de todas as idades e classes sociais interagem com um grau de incivilidade tão flagrante que nos parece comum desrespeitar semáforos, limites de velocidade, faixas de pedestres, ou dirigir depois de ingerir bebida alcoólica.

O desprezo à legislação de trânsito é tão recorrente que prevalece a sensação de que atingimos o nível máximo de normose diante das mais elementares regras de convivência social insistentemente desacatadas. Prenúncio de que a questão esteja perigosamente banalizada.

Por outro lado não se pode dizer que os governos federal, estaduais e municipais estejam resignados com essa realidade, afinal seus órgãos responsáveis pelo tema vivem divulgando sucessivas ações de engenharia, fiscalização e, sobretudo, educação. Sim,

esta palavra mágica que a todas as mazelas é citada como solução, mas contraditoriamente tão maltratada neste Brasil de ordem e progresso, pátria educadora.

E é no contexto da "educação para o trânsito" que mais aparecem as centenas de iniciativas governamentais, sempre muito bem intencionadas, traduzidas em campanhas milionárias de cores diversas e formas sofisticadas, assinadas por renomadas agências de marketing e publicidade, apresentadas em retóricas e discursos politicamente corretos e acessíveis pelas redes sociais, rádios, televisões, jornais, panfletos... enfim, tudo muito colorido!

Mas cabe a pergunta: se mobilizamos tantos esforços, estruturas e recursos públicos no enfrentamento do problema, por que motivo o trânsito continua a matar e ferir tantos milhares anualmente?

Estudos, artigos e reflexões de toda ordem procuram entender o generalizado fracasso, mas está cristalino que há graves falhas na montagem da agenda e nas demais etapas que compõem o ciclo das

políticas públicas, em especial sua formulação e implementação, que é de onde se originam e se estabelecem os conceitos adequados a este enfrentamento.

Muito pouco de ciência e constante improviso explicam, por exemplo, as difusas, desarticuladas, perduráveis e confusas políticas de "educação para o trânsito", a começar desta expressão já superada, pois que o trânsito é apenas parte do problema e não pode ser concebido de forma isolada do contexto dos deslocamentos humanos.

Nesse aspecto, a agenda passa pela garantia da "mobilidade segura" a partir do desejável processo de preparação teórica e prática do condutor, e todos os esforços pedagógicos nesse sentido devem necessariamente obedecer à transversalidade que o tema enseja.

A mobilidade social (o trânsito aqui inserido), permeia por igual as disciplinas da formação básica escolar rumo à construção da cidadania, e como tal deve ser recepcionada.

Complementa a abordagem teórica da língua portuguesa, matemática, história,

geografia, física, biologia, química (daí o seu caráter transversal), no ciclo do ensino médio, e torna-se universal quando se revela nas linguagens da sociologia, antropologia, psicologia, filosofia, arquitetura, urbanismo, engenharia, artes visuais, teatro, dança, música e demais áreas do conhecimento científico dedicadas ao estudo das cidades, complexos viários e comportamentos.

O Brasil não está distante desta perspectiva, ao contrário, sua legislação prevê este caminho que iguala nossas expectativas à de outros países mais desenvolvidos no quesito "mobilidade segura".

Não obstante a preguiça institucional, basta que envolva os órgãos executivos de trânsito e incentive as esco-

las brasileiras a adotarem a curta, mas inovadora, Resolução 265/2007 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que trata de alterar profundamente a formação teórico-técnica do processo de habilitação de condutores de veículos automotores.

A Prefeitura de Goiânia experimentou essa política entre 2002 e 2004, regida pela Resolução anterior (nº 120/2001), que foi violenta e hipocritamente interrompida pelos gestores seguintes.

Agora, o Governo de Goiás ensaia instituir a mesma política pública em todas as suas escolas, porém, bem mais equipada, articulada e visionária, porque soube o gestor vincular a titularidade da ação à Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes.

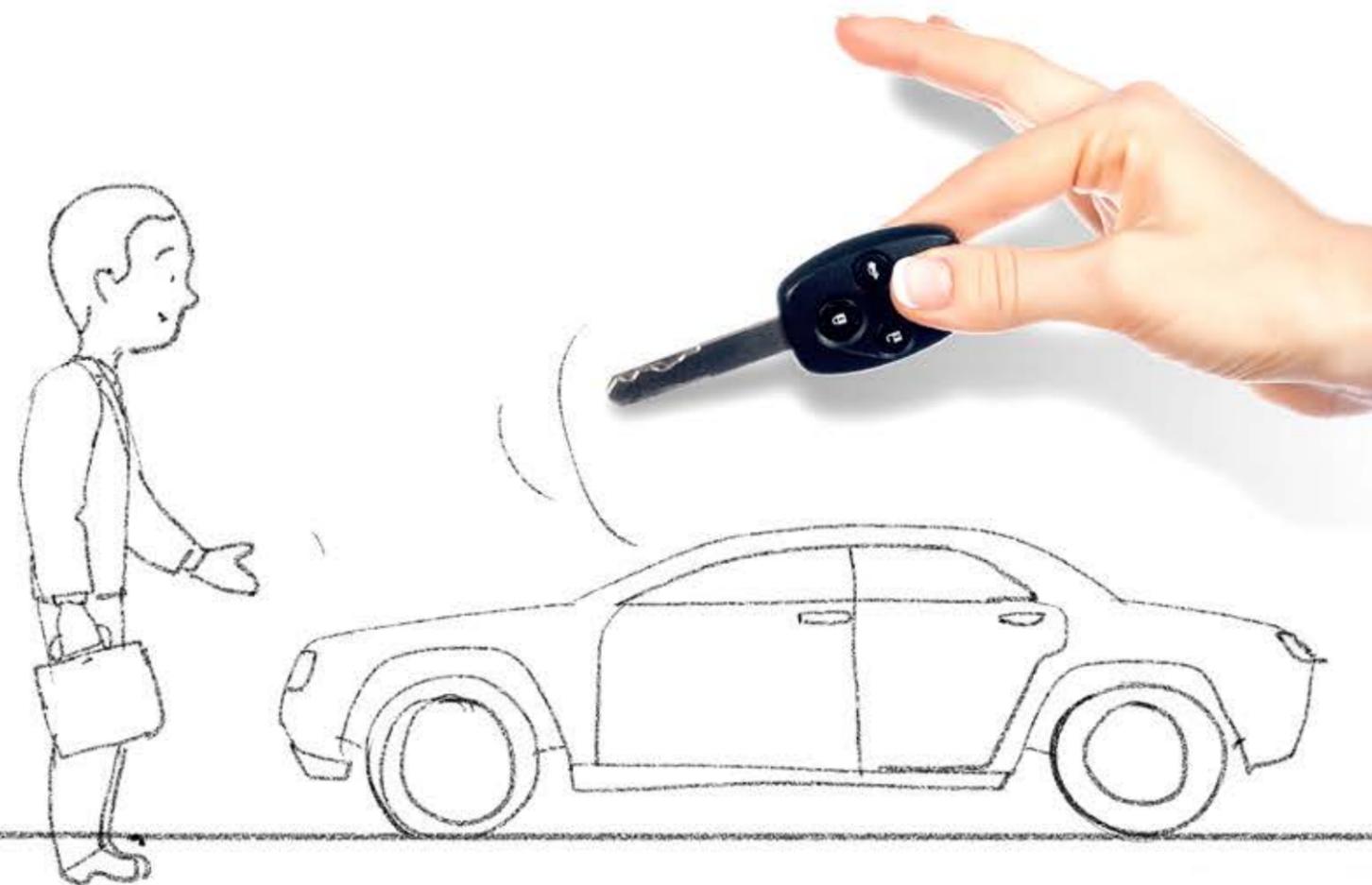
A despeito da controversa abreviação do nome do programa (RODA - Roteiro de Didática Aplicada), o material didático, conteúdo e apresentação são de excelência inequívoca, bastando para seu êxito a aplicação e o adequado acompanhamento.

Corrigidos alguns rumos, vinculados novos programas e definidas estratégias permanentes de monitoramento e avaliação dos resultados, este poderá ser o mais inovador e ousado programa de educação para a mobilidade segura do Brasil.

Basta querer!



Antenor Pinheiro
Jornalista, membro da Associação Nacional de Transportes Públicos/ANTP



O VAGAFOGO

Juliana Bernardes

Quem passa por Pirenópolis, um dos poucos patrimônios goianos remanescentes do Brasil Colônia, precisa reservar um tempo para conhecer o Vagafofo.

Localizado a menos de 6 km do centro da cidade, o Santuário de Vida Silvestre Vagafofo é uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) voltada para a conservação da biodiversidade, a educação ambiental, o ecoturismo e a produção sustentável de alimentos.

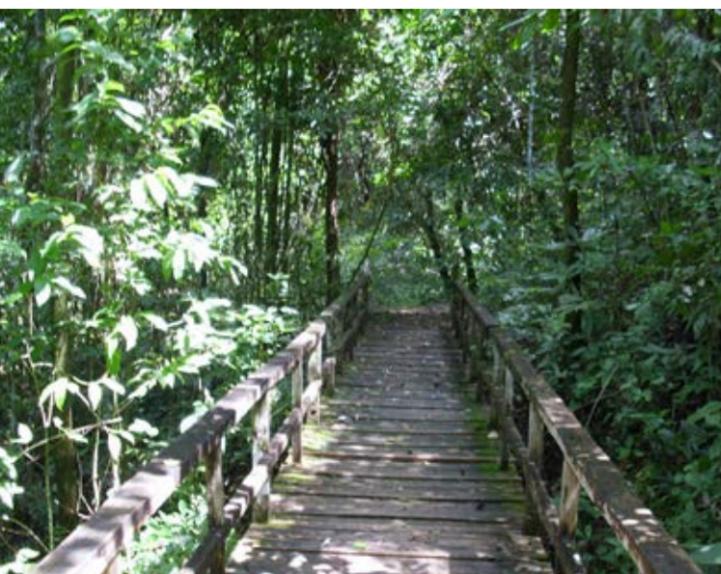
Primeira RPPN do Brasil, criada em 1990, a Reserva do Vagafofo oferece a quem a visita uma caminhada por uma trilha ecológica de 1,5 mil metros entre árvores centenárias da mata ciliar que margeia o Rio Córrego Vagafofo, com direito a banho em águas cristalinas na pequena cachoeira do rio. O passeio dura cerca de duas horas e pode ser feito das 9 às 16 horas.

Pra quem tem um pouco mais de tempo e gosta um pouco mais de aventura, o Santuário também oferece atividades ecológicas como o arvorismo, o rapel, a tirolesa. Ou pode-se simplesmente escolher uma das redes do redário e só ficar ali, observando com calma as riquezas da fauna e da flora da Reserva.

Mas uma das melhores coisas do Vagafofo é o Brunch. Ali, você pode degustar (manhã e tarde) alguns dos mais de 45 itens produzidos na fazenda com frutos do Cerrado. E, melhor, quem quiser pode levar as receitas pra casa, em um livrinho danado de bom chamado "Vagafofo - alumando caminhos".



Juliana Bernardes
Produtora Cultural,
moradora de Pirenópolis



SINDICOM-DF

Sindicato dos Comerciantes do Distrito Federal

Telefones: 3224-3808 / 3038- 2200 / (Fax) 3224-1584

O Sindicato dos Comerciantes no DF nasceu em 1963 e em 50 anos cresceu muito. De uma pequena sala no Setor Comercial Sul, o Sindicom tem um patrimônio que orgulha a categoria. Foi uma luta que envolveu muito suor, trabalho e atuação fundamental dos filiados. Vamos dar destaque para os últimos 20 anos, que coincide com o processo de democratização do país cujo qual valorizou o trabalhador no comércio.

A verdade é que a diretoria colegiada e a presidente, Geralda Godinho, fazem questão de mostrar toda essa estrutura que se encontra disponível para a categoria e trabalhadores em geral.

A pequena sala sede hoje é o andar inteiro com consultórios médicos, odontológicos, homologação, departamento jurídico, apoio de base e imprensa. Em Taguatinga tem sede também contando com o que há de mais moderno para atender os associados. As subseções se encontram em Sobradinho e Gama.

O Clube dos Comerciantes conta com uma mega estrutura de lazer, com piscinas, churrasqueiras, restaurante, área verde, salão de jogos, campo e futebol, campo de areia e o salão de festas.

REDE DE ATENDIMENTO:

BRASÍLIA
Setor Comercial Sul, quadra 6, edifício José Severo, 7º andar - Tel: 3038-2200 / 3224-1584
TAGUATINGA
Endereço: QNE 31, lote 2 - Taguatinga Norte, no horário das 8h às 18h - Tel: 3037-8812

SOBRADINHO:
Quadra 8, Bloco 18, Loja 9 - Sala 4. Tel: 3487-2586
GAMA:
Edifício Office Center 3º andar sala 309 Setor Central do Gama. Tel: 3384-6747

CLUBE
Fazenda Ponte Alta Norte V Gleba A - Número 25 - Núcleo Rural Casa Grande - CEP 72-400-000 Recanto das Emas - DF Fone:(61) 3404-0851



✉ presidencia@sindicomdf.com.br  sindicatodoscomerciantes.dodf  site: www.sindicomdf.com.br

Orgulho de ser Comerciante, esse é nosso lema! Filie-se

UMBUZEIRO

A ÁRVORE SAGRADA DO SERTÃO

Eduardo Henrique de Sá Júnior

O umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), também conhecido popularmente como imbuzeiro, é uma frutífera nativa do semiárido brasileiro. Seu nome deriva do tupi-guarani "y-mb-u", que significa "árvore que dá de beber", devido à capacidade de armazenar grande quantidade de água nas raízes, garantindo sua sobrevivência no período seco. Tendo em vista este exemplo de adaptação da flora da caatinga à falta de água e sua importância para os sertanejos, Euclides da Cunha, em "Os Sertões", o denominou a "árvore sagrada do sertão".

No início do ano, época das chuvas na Caatinga, a safra é abundante. Rico em minerais e vitamina C, o umbu serve como alimento para ampla diversidade de aves, animais domésticos, caprinos, ovinos, e para o sertanejo. Além do consumo in natura, são produzidos doces, geleias, sorvetes, bebidas e sucos muito apreciados no Brasil.

A utilização de espécies frutíferas nativas do semiárido para utilização agroindustrial por agricultores familiares constitui uma das formas de incentivar a preservação da caatinga e garantir renda para o sustento familiar.

Como exemplo, a Cooperativa de Curaçá, Uauá e Canudos – Coopercuc, iniciada com poucas agricultoras, atualmente conta com mais de cento e quarenta cooperados, produzindo e exportando produtos orgânicos do umbuzeiro, explorado de forma sustentável.





Não aceitamos retrocessos e retiradas de direitos

NÃO A EXTINÇÃO DA



PREVIDÊNCIA SOCIAL
DATAPREV

#FicaPrevidencia

ENADADOS CUT BRASIL

ECOASTRONOMIA NO CERRADO

O céu mais limpo do Brasil, segundo a Ciência, é perfeito para a observação da Via Láctea, para o estudo da astronomia. Em Goiás, no município de Cristalina, no santuário ecológico da Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Linda Serra dos Topázios, cientistas inovam com cursos e práticas de Ecoastronomia.

Em 2016, no começo do mês de julho, o Museu de Ciência e Tecnologia, sediado na Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a RPPN, a Prefeitura de Cristalina, a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército e vários outros parceiros, realizou mais esse evento educativo na Linda Serra dos Topázios.

Nos dias 2 e 3 de julho, estudantes e professores da UnB, alunos de escolas de Cristalina e o público em geral puderam participar de aulas teóricas e práticas, desde a observação da Via Láctea em potentes lunetas e de um planetário móvel à admiração noturna do céu da Reserva, somando conhecimentos básicos de Astrofísica, Cosmologia e de Ciências Ambientais.

Os cursos de Ecoastronomia ministrados da Reserva vem de longa data e são parte da inspiração e da herança da ambientalista Adnair França dos Santos, a Dina, falecida em 2007, aos 52 anos, vítima de um aneurisma cerebral. Dina e seu companheiro Jai-

me Sautchuk, foram pioneiros na implantação do projeto Ecoastronomia no Cerrado, em parceria com a UnB.

Também juntos, Dina e Jaime idealizaram o hoje mundialmente conhecido Festival Internacional do Cinema Ambiental (FICA), que acontece anualmente na cidade de Goiás (GO).

Sob a coordenação de Jaime, a RPPN Linda Serra dos Topázios foi criada em 1994 para preservar área de Cerrado e difundir conhecimentos ambientais, históricos e de várias outras áreas. Dentre elas, a parceria com a UNB nos cursos de Ecoastronomia, coordenados pelo astrofísico José Leonardo Ferreira, professor da UnB.

ENCANTOU-SE SEU ANTONIO DE PAULA, UM SÁBIO GUARDIÃO DA FLORESTA



Ao entardecer do dia 30 de junho, sem doença aparente e sem aviso prévio, com 88 anos, seu Antonio Francisco de Paula, soldado da borracha, sábio ancião da floresta, pioneiro da luta socioambiental no coração da Amazônia, sofreu uma AVC e foi-se embora deste mundo.

Cearense, seu Antonio de Paula veio pro Acre cortar seringa, há 65 anos. Contava que foi de navio até Manaus, parou uns dias pelo caminho, depois pegou uma "gaiola" para Tarauacá, onde fez parada obrigatória de mais de ano no Seringal Alagoas, por conta de uma malária, pra depois se instalar no Seringal Bagé, às margens do Rio Tejo.

Da região, seu Antonio de Paula não mais saiu. Casou-se na Vila de Tarauacá e se integrou à vida na floresta. De "letra boa" como ele mesmo dizia, foi guarda-livros e gerente de seringal. O tempo livre, passava nos varadouros, nos igarapés dos rios, fuçando com os mistérios da natureza, que "conhecia como a palma de suas mãos", diz o governador Tião Vianna, do Acre.

Das dificuldades na mata, das picadas de cobra, das ferradas de arraia, dos pernilongos imensos, das malárias

violentas, seu Antonio de Paula dizia fazer parte da aventura. Ou parte do compromisso na luta em defesa da Amazônia e dos povos que nela vivem.

Quando, nos anos 70, os seringais começaram a perder espaço para os desmatamentos do agronegócio vindo do sul do País, atraídos pela propaganda da terra boa ao custo de expulsar os seringueiros a ferro e fogo, seu Antonio tomou o lado dos oprimidos e entrou para o movimento dos seringueiros, liderado por Chico Mendes.

No Alto do Juruá, onde morava, seu Antonio de Paula fez empates, organizou a resistência. No Acre, somou forças com Chico Mendes, com indígenas e seringueiros, para formar a Aliança dos Povos da Floresta. No Brasil e no mundo, seu Antonio de Paula tornou-se voz respeitada em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

O nome, gostava de usar assim mesmo, no composto: Antonio de Paula. Como composto era o saber dele. Entendia de plantas, de pajelanças, de medicinas caseiras. De caça, de pesca, de corte de seringa. De lua, de sol, de chuva, de tempestade. Entendia de tudo um pouco. Um pouco de vida, um pouco de natureza.

De quando em vez, dava de filosofar, ou de ventilar ciência: "Quando o rio enche, os peixes vão para as represas e igarapés atrás de comida ou para passear. Quando inicia a vazante, o

sapo percebe e coaxa avisando, então os peixes têm tempo de voltar para o rio antes que as águas baixem e eles fiquem isolados ou morram".

Mas o que seu Antonio gostava mesmo era de conscientizar corações e mentes para a defesa da Amazônia. Foi liderança importante e membro do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) por mais de 20 anos. Na última década, virou ongueiro – fundou a ONG Amigos das Águas do Juruá, para proteger o rio Juruá e as águas que o alimentam.

Seu Antonio quase chegou à nona década como sempre viveu: na militância. Por conta disso, ganhou o reconhecimento de muitos e o Prêmio Chico Mendes de Cidadania, a maior honraria que o estado do Acre concede a quem defende os direitos humanos e o meio ambiente.

Homenagem mais que justa e merecida. Seu Antonio de Paula, o guardião da floresta, o amigo das águas, o protetor dos oprimidos, foi um dos criadores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, a primeira Reserva Extrativista do Brasil. Como um bravo e sábio seringueiro, seu Antonio de Paula viveu segundo os versos do Hino Acreano: "sem recuar, sem cair, sem temer".



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A MICROSSUSTENTABILIDADE POSSÍVEL

Leonardo Boff

A economia solidária é [o modelo] que melhor realiza o conceito de sustentabilidade, em direta oposição ao sistema mundialmente imperante. Na verdade, ela sempre existiu na humanidade, pois a solidariedade constitui uma das bases que sustentam as sociedades humanas.

Mas já na Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra, ela surgiu como reação à superexploração capitalista. Apareceu no final do século XVIII e inícios do século XIX, sob o nome de cooperativismo.

Nesse tipo de economia o centro fulcral é ocupado pelo ser humano e não pelo capital, pelo trabalho como ação criadora e não como mercadoria paga pelo salário, pela solidariedade e não pela competição, pela autogestão democrática e não pela centralização de poder dos patrões, pela melhoria da qualidade de vida e do trabalho e não pela maximalização do lucro, pelo desenvolvimento local, em primeiro lugar e, em seguida, o global.

A economia solidária se apresenta como alternativa à economia capitalista, mais ainda, como uma economia pós-capitalista porque se inscreve dentro da Era do Ecozoico e não apenas no Tecnozoico; é movida pelos ideais éticos de preservação de todo tipo de vida e de criação das condições para o bem-viver de todos.

Ela pode ser entendida, como o faz um de seus teóricos, Paul Singer, "como um jeito de produzir, vender, comprar, consumir e trocar sem explorar, sem querer vantagens e sem destruir a natureza".

Esse modelo se concretiza mediante as cooperativas de produção e consumo, pelos fundos rotativos de crédito, pelas ecovilas, pelo banco de sementes creoulas, pelas redes de loja de comércio justo e solidário, pela criação de incubadoras de novas tecnologias em articulação com as universidades, ou até pela recuperação de empresas falidas e gerenciadas pelos próprios trabalhadores.

Esse modelo não é, nem de longe, hegemônico. Mas ele carrega a semente do futuro. A sociedade mundial, na medida em que mais e mais sente os limites do planeta e percebe a impossibilidade de levar adiante o atual projeto planetário de molde capitalista e até o risco da extinção da espécie, verá neste modelo holístico de economia solidária que integra o humano, o social, o ético, o espiritual e o ambiental, como uma saída salvadora para a história humana.



Leonardo Boff - in
Sustentabilidade: O que é o eu não é.
Editora Vozes. 2012.



AFINAL, PARA QUE SERVE O PIB?

Trajano Jardim

No seminário "Crises e Estratégias Sindicais", realizado pela CUT, em 2011, o doutor em Ciências Econômicas e professor titular da PUC de São Paulo, Ladislau Dowbor apresentou um trabalho intitulado "O debate sobre o PIB: estamos fazendo a conta errada".

Dowbor suscitou a discussão sobre o papel do PIB na vida do cidadão comum e a sua interferência no desenvolvimento, no meio ambiente e no bem-estar da população, principalmente daquela parcela mais carente da sociedade.

No início do seu trabalho, Dowbor afirma que nós, simples mortais, que não fazemos contas macroeconômicas, entendemos esse sistema complexo como a diferença entre o surgimento de novos empregos, quando ele está em alta, ou de desemprego quando ele está em baixa.

Para os governos, é a diferença entre ganhar ou perder uma eleição. Para os colunistas de economia, que juram entender do assunto, é uma ótima oportunidade para darem a impressão de que sabem do que se trata. Para o autor "é uma oportunidade para desancar o que é uma contabilidade clamorosamente deformada".

No entendimento de Dowbor, uma boa parcela de pessoas e técnicos de ponta no cenário nacional e internacional vê o

comportamento econômico ser calculado cansativamente, sem respeitar os direitos da população e os princípios de sustentabilidade ambiental do planeta.

Assim, não se pode afirmar que a economia vai bem, com alto índice de produto interno, se o povo vai mal e o PIB não leva em conta a agressão ao meio ambiente que reduz o estoque de bens naturais do planeta.

Quando um país propõe uma política desenvolvimentista voltada para o consumismo exacerbado, a diferença entre os meios e os fins na "contabilidade clamorosamente deformada", por certo influenciará nas políticas públicas de saúde, educação e saneamento básico da maioria da população.

Do ponto de vista da saúde pública, a política preventiva traz muito mais benefícios sociais, em termos de custo-benefício, se comparada com a curativa-hospitalar.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que os investimentos na área social trazem mais resultado para o desenvolvimento do país do que o agronegócio.

O impacto dos programas sociais e seu efeito multiplicador para o crescimento do produto após a simulação de um incremento no valor dos gastos públicos sociais de 1% do PIB na matriz, no final do ciclo gera um

crescimento do PIB de 1,37%.

O multiplicador do gasto social, em termos de PIB, é consideravelmente maior que o multiplicador dos gastos com os juros da dívida pública, 0,71% (quase o dobro), quase idêntico ao das exportações de commodities, de 1,40%, mas é inferior àquele do investimento em construção civil, 1,54%.

Para Dowbor, no conceito privatista do sistema de saúde brasileiro, se nos colocarmos na ótica de uma empresa que visa somente o lucro, que vive de vender diárias exorbitantes nos hospitais, naturalmente prevalecerá a necessidade voraz do aumento do PIB e o conseqüente aumento do lucro.

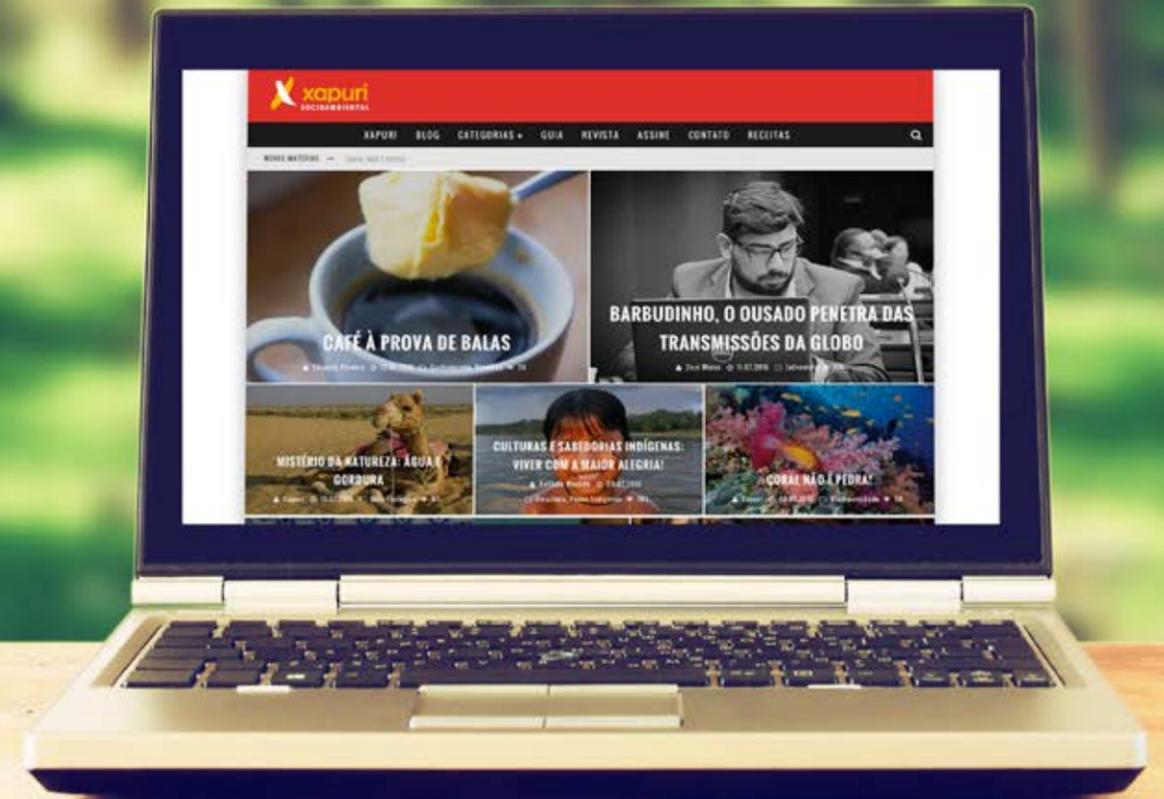
Mas, afinal, para que serve o PIB?



Trajano Jardim
Jornalista e Professor
Universitário



Anote aí!



Agora, também pra você, com o mesmo carinho,

O SITE DA REVISTA XAPURI,
ATUALIZADO DIARIAMENTE.

VEM COM A GENTE!

www.xapuri.info

AO VIVO

**TODAS AS SEXTAS,
ÀS 14H30, NA TV COMUNITÁRIA, CANAL 12 DA NET.**



AS EDIÇÕES SÃO REPRISADAS NOS SEGUINTE DIAS E HORÁRIOS

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
13H	23H	13H	18H	22H30	12H	16H30

Assista também no portal bancariosdf.com.br e no [facebook/bancariosdf](https://www.facebook.com/bancariosdf)